



## **O que está sendo feito?**

### **1. Giac realiza reunião de alinhamento com focalizadores**



O Giac-Covid-19 realizou reunião de alinhamento com os focalizadores nos estados nesta quinta-feira (21), para informar sobre o andamento do trabalho feito pelo Gabinete Integrado e trocar informações. A coordenadora nacional finalística, a subprocuradora-geral da República Celia Regina de Souza Delgado, relatou que o Giac segue em contato com o Ministério da Saúde e outros órgãos do Governo Federal. Nessa quarta (20), o

Gabinete Integrado participou de reunião com o ministro da Saúde interino, Eduardo Pazuello, com membros de sua equipe e com representantes do TCU. O encontro foi mais uma iniciativa de aproximação interinstitucional, tendo em vista a recente troca de comando no Ministério. Na oportunidade, Célia explicou ao ministro interino que a falta de informação ainda é o principal obstáculo enfrentado pelos membros do MP no combate à pandemia, e os gestores reafirmaram a intenção de compartilhar todos os dados necessários ao trabalho dos órgãos de controle.

Aos focalizadores, o Giac informou que enviou nesta semana ofício à Casa Civil, para remessa ao Ministério da Saúde, questionando o número de leitos de UTI e respiradores obtidos desde o início da pandemia, quantos foram distribuídos, para quais estados e com base em quais critérios, qual o estoque remanescente e se há previsão de chegada de mais equipamentos. Já os membros focalizadores relataram as ações em curso nos estados e a situação da pandemia em cada local. Mais de 20 membros participaram da videoconferência.

Foram discutidas ainda as recentes orientações para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico de covid-19. Houve



consenso no sentido de questionar à Anvisa sobre a vigilância farmacológica dos medicamentos indicados; e ao Ministério da Saúde sobre a manifestação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (Conitec), cuja principal função é a incorporação de tecnologias em saúde, sobretudo novos medicamentos, bem como sobre a capacidade do SUS para a realização de testes de covid-19 e de exames laboratoriais nos pacientes a quem a medicação será administrada. O ofício com as questões está sendo elaborado pelo Giac e será encaminhado ao Ministério da Saúde na próxima segunda-feira.

## 2. Auxílio emergencial: reunião discute texto final de protocolo de intenções entre MPF, MPT e Caixa

Integrantes da Coordenação Finalística do Giac-Covid-19, representantes do Ministério Público do Trabalho e da Caixa Econômica Federal discutiram, em reunião realizada nessa quarta (20), o texto final do protocolo de intenções sobre o pagamento do auxílio emergencial. O documento - que deverá ser assinado pelas três instituições nos próximos dias - prevê ações e boas práticas para evitar filas, garantir a segurança das pessoas (beneficiários e funcionários da Caixa) durante o pagamento do auxílio e facilitar o cadastramento de quem não possui acesso à internet ou ao aplicativo. Para subsidiar a elaboração do protocolo, o Giac compilou todos os problemas registrados pelos focalizadores nos estados relativos ao auxílio, de forma a incluir previsões para buscar a solução para as questões levantadas.

O texto estabelece, por exemplo, a ampliação do atendimento preferencial para incluir quem é do grupo de risco para a covid-19, marcação de lugares de modo a organizar filas externas e previsão para que a Caixa solicite às autoridades locais competentes o desvio do trânsito ou fechamento de ruas, quando necessário. Além disso, pelo documento, a Caixa envidará esforços para articular soluções voltadas ao cadastramento de pessoas sem acesso à internet. O documento prevê obrigações para o MPF e para o MPT, como articulação com órgãos governamentais e apoio aos membros que atuam na temática, respeitada a independência funcional.

Também foi combinada nova reunião, desta vez com representantes do Ministério da Cidadania e membros do Conselho Nacional de Justiça, para avançar nas tratativas relativas ao cadastramento das pessoas sem acesso à internet.



### 3. Ação conjunta pede que o teletrabalho seja obrigatório administração pública federal

O MPF e o MPT entraram com ação civil pública contra a União para tornar obrigatório o teletrabalho na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional - nas hipóteses em que ele possa ser adotado sem prejuízo à realização dos respectivos serviços ou atividades e aos imperativos de interesse público – enquanto perdurar o estado de emergência decorrente da pandemia de coronavírus. Pelo pedido, os gestores deverão se abster de determinar o trabalho presencial relativo a atividade ou a serviço não essencial.

Uma das principais preocupações é com as recentes notícias de relaxamento na adoção de teletrabalho no âmbito do Poder Executivo Federal, já que o retorno das atividades presenciais neste momento pode ajudar a espalhar ainda mais o vírus. [Leia mais.](#)

### 4. MPT pede reintegração dos 293 rodoviários demitidos em Feira de Santana (BA)

O MPT quer que a Justiça determine a imediata reintegração dos 293 rodoviários demitidos de forma irregular pelas empresas Rosa e São João, em Feira de Santana (BA). O pedido de liminar consta de ação civil pública apresentada pelo órgão na última sexta. Na ação, o MPT mostra que os atos praticados pelos dois empregadores estão em desconformidade com as leis, já que não houve negociação nem comunicação prévia ao Sindicato dos Rodoviários, os demitidos em sua quase totalidade estão gozando de estabilidade por terem fechado acordos de suspensão excepcional dos contratos e pelo não pagamento das verbas rescisórias. [Leia mais.](#)

### 5. MPs Estaduais atuam para conter coronavírus em abrigos de idosos

O Ministério Público da Bahia (MPBA) instaurou [procedimento administrativo](#) para fiscalizar e acompanhar a situação da Fundação Casa Lar Dona Deraldina, localizada no município de Ipiaú. Na unidade, foi confirmada a



contaminação pelo novo coronavírus de 34 idosos abrigados e seis trabalhadores da instituição, segundo boletim da Covid-19 divulgado pelo Município. Atuações semelhantes acontecem em outros estados. No Rio Grande do Norte, MP Estadual e MPT recomendaram a [adoção de medidas preventivas](#) ao coronavírus em instituto de acolhimento de idosos em Mossoró. No Ceará, foi requisitada a [inspeção](#) de todas as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) da capital.

## 6. Atos que desrespeitem o isolamento social estão proibidos pela Justiça em João Pessoa

A pedido do Ministério Público da Paraíba, Justiça proibiu atos públicos na capital que descumpram as medidas de isolamento social, previstas em decretos estaduais. A decisão aconteceu em ação civil pública, instaurada nesta semana para questionar manifestação convocada para o dia 20. Segundo argumentou o MP, a realização do ato neste momento vai contra as medidas sanitárias adotadas pelas autoridades para conter o coronavírus. [Leia mais.](#)

## 7. Justiça determina que Secretaria de Saúde do Piauí preste informações sobre EPIs, testes e leitos

A Justiça no Piauí atendeu a pedido do Ministério Público Estadual e determinou que a Secretaria de Saúde preste informações sobre EPIs, testes e leitos disponíveis para casos da covid-19 no estado. A decisão deu prazo de 48 horas para a Secretaria fornecer atas e áudios das reuniões virtuais da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), bem como pareceres do Comitê de Operações Especiais, normativo do Centro de Operações Especiais da Secretaria (COE), documentos de aquisição e recebimento de equipamentos de unidade de terapia intensiva (UTI), de testes para covid-19, bem como sua distribuição e critérios utilizados para isso. [Leia mais.](#)